

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo.

A Raia Drogasil S.A. e sua controlada 4Bio S.A. (em conjunto “Consolidado” ou “Grupo”) têm como atividade preponderante o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e medicamentos de especialidade.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 1.610 lojas (1.420 lojas - 2016), distribuídas em 20 Estados da Federação, conforme segue:

	Consolidado
	2017
São Paulo	894
Rio de Janeiro	118
Minas Gerais	103
Paraná	87
Distrito Federal	64
Goiás	64
Bahia	42
Santa Catarina	38
Pernambuco	36
Rio Grande do Sul	32
Espírito Santo	32
Mato Grosso do Sul	21
Rio Grande do Norte	14
Mato Grosso	14
Paraíba	13
Sergipe	13
Alagoas	11
Ceará	7
Tocantins	4
Piauí	3
	1.610

As lojas da Raia Drogasil são abastecidas por nove centrais de distribuição localizadas em sete Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Pernambuco e Bahia.

A sociedade controlada 4Bio comercializa seus produtos por meio de serviço de televendas e a entrega é realizada diretamente no destino onde se encontra o cliente ou por meio de suas três centrais de atendimento localizadas nos Estados de São Paulo e Tocantins.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2018.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras da sua controlada 4Bio. Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Dessa forma, o resultado, as demonstrações do fluxo de caixa e as demonstrações do valor adicionado consolidados, contemplam 12 meses de operação da Companhia e de sua Controlada.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Controlada. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes às perdas estimadas nos estoques, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. As estimativas e os julgamentos estão divulgados na Nota 4(w).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Pronunciamentos novos ou revisados

A seguir, apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2018.

- (i) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros / CPC 48 – Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 1º/01/2018): tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto; e (iv) flexibilização das exigências para a adoção da contabilidade de *hedge*. As transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo o IFRS 9 /CPC 48 são, substancialmente, aplicações financeiras em debêntures compromissadas, com remuneração atrelada a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (Nota 11), contas a receber de clientes, representadas em quase sua totalidade em recebíveis de cartões de crédito e débito (Nota 6), e empréstimos e financiamentos contratados por meio de operações com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e emissão de debêntures de emissão da Companhia (Nota 11). A Administração concluiu suas análises e observou que, para as alterações introduzidas no CPC 48 em comparação com os CPC's 38, 39 e 40 (normas contábeis vigentes) e considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- (ii) IFRS 15 – Receita de contrato com clientes / CPC 47 – Receita de contrato com cliente (vigência a partir de 1º/01/2018): o principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e a elaboração das demonstrações contábeis. A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de vendas no varejo, e considerando que a transferência dos riscos e benefícios dos bens e serviços acontecem em sua entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de performance e transferência de controle. Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo o IFRS 15 / CPC 47 estão substancialmente representadas pelos acordos comerciais. A Administração da Companhia também concluiu suas análises e observou que, para as alterações introduzidas no CPC 47 em comparação com o CPC 30 – Receitas (norma contábil vigente), não houve mudanças que requeressem modificação da forma de reconhecimento da receita.
- (iii) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil / CPC 6 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (vigência a partir de 1º/01/2019): com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A Administração da Companhia contratou empresa especializada e independente para auxiliar na identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando, se, contém, ou não, contratos de arrendamento de acordo com o IFRS 16 / CPC 06 (R1). A análise encontra-se em processo de apuração dos impactos e que são principalmente relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros (contexto de pagamento com componente variável), os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados na Nota 21. Trata-se de um aspecto da norma que contém um componente significativo de julgamento, e requer uma avaliação criteriosa e controles apropriados para a mensuração dos passivos qualificados como contratos de arrendamento. Dada a complexidade da aplicação da norma e, até que seja adotada, poderá haver mudanças nas conclusões.
- (iv) Alterações no IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (vigência a partir de 1º/01/2018): A alteração esclarece sobre a base de mensuração para os pagamentos baseados em ações liquidados em caixa e a contabilização de modificações que alteram uma concessão liquidada em caixa para liquidada em ações. Também introduz uma exceção aos princípios do IFRS 2 que exigirão uma concessão a ser tratada como se fosse totalmente liquidada em ações, onde o empregador é obrigado a reter um montante para a obrigação de imposto do empregado associada a um pagamento com base em ações e recolher o montante para a autoridade fiscal. A Administração concluiu suas análises e observou que,

considerando as suas transações atuais, a Companhia já atende as especificações trazidas nas alterações do IFRS 2.

- (v) IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro (vigência a partir de 1º/01/2019): a interpretação esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). A Administração está avaliando os impactos dessas alterações.

Não existem outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(i) Opção de compra de ações adicionais

Quando da aquisição de 55% das quotas da empresa 4Bio Medicamentos Ltda. (atualmente denominada 4Bio Medicamentos S.A. ou 4Bio), a Companhia e o acionista fundador firmaram contrato com outorga de opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes em poder do acionista fundador cujo preço de exercício será calculado com base em múltiplos de EBITDA ajustados da 4Bio a serem apurados nos exercícios de 2018 a 2020.

O passivo financeiro (passivo não circulante) representado pela obrigação de compra das ações decorrente da opção outorgada, é registrado a valor presente (na rubrica de Opção de compra de ações adicionais) e em separado da contraprestação transferida, mediante a adoção do método de acesso presente, no qual a participação não controladora é reconhecida já que o acionista não controlador está exposto aos riscos e tem acesso aos retornos associados à sua participação, em contrapartida da conta de “ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido.

No transcorrer do tempo, a recomposição do valor da opção de compra das ações adicionais oriunda do ajuste a valor presente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de despesa financeira.

No último trimestre do exercício ou na ocorrência de mudança relevante de premissa durante o exercício, premissas que compõem o valor justo da opção são revisadas /atualizadas de forma a refletir o valor justo do passivo financeiro no encerramento do exercício. Ajustes apurados são registrados no passivo financeiro em contrapartida de despesa financeira (Nota 9).

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

(d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Grupo compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(ii) Impairment de ativos financeiros

(1) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

(1) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iv) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(e) Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. A perda para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda estimada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas

tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10a. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, o centro de distribuição do Butantã e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes, e incorporado ao custo atribuído quando da adoção do IFRS. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(j) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio apurado na aquisição do investimento anterior a 2009 (Drogaria Vison) foi calculado como sendo a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 10b, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação inferiores a vinte anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

As licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 10b.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 10b.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

(k) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida

útil indeterminada, como ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(l) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. O Grupo não possui contratos relevantes de arrendamento classificados como financeiros.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(n) Benefícios a funcionários e dirigentes

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. O Grupo não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), previdência do tipo benefício definido, e/ou qualquer plano de aposentadoria ou assistência pós-emprego.

Parte dos benefícios a dirigentes incluem o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio líquido (Nota 15c).

(o) Programa de fidelidade

A Controladora encerrou em 2017 o programa "Muito Mais Raia" de pontos por fidelidade dos clientes que permitia a eles acumular créditos os quais poderiam ser utilizados pelos participantes em futuras compras de produtos.

(p) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e o objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

(q) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(r) Juros sobre o capital próprio

Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(s) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

(t) Acordos comerciais

Além das compras regulares de produtos, o Grupo negocia com seus fornecedores, oportunidades comerciais diferenciadas atreladas as vendas desses produtos na rede de lojas da Companhia. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar características de natureza complexa.

As principais categorias de acordos comerciais são: (i) descontos financeiros concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios; (ii) verbas

de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio; e (iii) abatimentos por metas de volume, auferidos tanto nas compras quanto nas vendas.

À medida em que ocorre a execução operacional do produto da negociação (veiculação do produto, disposição, venda do produto promovido, direito ao recebimento do valor financeiro acordado, etc), o Grupo reconhece o ganho auferido com essas negociações no Lucro Bruto reduzindo o Custo das mercadorias vendidas, em contrapartida de outras contas a receber ou de adiantamento de fornecedores, conforme o caso.

(u) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

(v) Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(w) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(3) Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 10-b(ii).

(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 12. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	81.738	67.518	82.118	68.062
Fundo de investimento	90.769	2.936	90.769	2.936
Debêntures compromissadas	83.404	202.641	91.986	205.634
	<u>255.911</u>	<u>273.095</u>	<u>264.873</u>	<u>276.632</u>

As aplicações em fundo de investimento e debêntures compromissadas possuem alta liquidez e são atualizadas pela variação do CDI, que reflete o valor de realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

Para os fundos de investimentos e debêntures compromissadas, as instituições financeiras que transacionaram esses títulos garantem o risco de crédito e a liquidez imediata sem perda de rendimento. As aplicações financeiras estão distribuídas nos bancos Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para aplicações financeiras é divulgada na Nota 22b.

6. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber de clientes	841.471	716.453	934.735	774.997
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(3.889)	(2.612)	(4.664)	(2.756)
	<u>837.582</u>	<u>713.841</u>	<u>930.071</u>	<u>772.241</u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	831.006	684.445	919.711	738.319
Vencidas				
Entre 1 e 30 dias	4.497	20.284	5.895	24.008
Entre 31 e 60 dias	1.949	7.510	2.364	7.956
Entre 61 e 90 dias	505	1.704	988	2.204
Entre 91 e 180 dias	3.514	2.508	4.306	2.508
Entre 181 e 360 dias		2	1.471	2
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.889)</u>	<u>(2.612)</u>	<u>(4.664)</u>	<u>(2.756)</u>
	<u>837.582</u>	<u>713.841</u>	<u>930.071</u>	<u>772.241</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 38 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	(2.612)	(6.893)	(2.756)	(6.910)
Adições	(9.967)	(10.168)	(13.629)	(11.278)
Reversões	<u>8.690</u>	<u>14.449</u>	<u>11.721</u>	<u>15.432</u>
Saldo final	<u>(3.889)</u>	<u>(2.612)</u>	<u>(4.664)</u>	<u>(2.756)</u>

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros "Recebíveis" e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4d-i-3.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mercadorias de revenda	2.490.941	2.100.621	2.529.596	2.131.661
Mercadorias em poder de terceiros		25.929		25.929
Materiais	1.819	2.043	1.819	2.043
Perdas estimadas nos estoques	(13.821)	(10.165)	(13.821)	(10.165)
Total dos estoques	<u>2.478.939</u>	<u>2.118.428</u>	<u>2.517.594</u>	<u>2.149.468</u>

A movimentação da perda estimada com mercadorias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	(10.165)	(24.312)	(10.165)	(24.312)
Adições	(8.954)	(6.015)	(8.954)	(6.015)
Baixas	5.298	20.162	5.298	20.162
Saldo final	<u>(13.821)</u>	<u>(10.165)</u>	<u>(13.821)</u>	<u>(10.165)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R\$ 8.775.884 (R\$ 7.469.484 - 2016) para a Controladora e de R\$ 9.224.505 (R\$ 7.752.422 - 2016) para o consolidado, incluindo o valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício que totalizaram R\$ 84.505 (R\$ 68.822 - 2016) para a Controladora e R\$ 84.770 (R\$ 68.867 - 2016) para o consolidado.

O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas estimadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Tributos sobre o lucro a recuperar				
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	440	537	440	537
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	214	9.587	214	9.650
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido		1.826		1.862
	<u>654</u>	<u>11.950</u>	<u>654</u>	<u>12.049</u>
Outros tributos a recuperar				
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – saldo credor	57.661	75.261	58.350	75.362
ICMS – Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente	320	14.027	320	14.027
ICMS – Sobre aquisições do ativo imobilizado	43.250	29.871	43.250	29.871
PIS – Programa de integração social	892		892	10
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	4.108	2.807	4.109	2.856
FINSOCIAL – Fundo de investimento social – 1982 precatório	561	561	561	561
INSS – Instituto nacional da seguridade social	3.617		3.617	
	<u>110.409</u>	<u>122.527</u>	<u>111.099</u>	<u>122.687</u>
	<u>111.063</u>	<u>134.477</u>	<u>111.753</u>	<u>134.736</u>
Ativo circulante	78.088	111.513	78.778	111.772
Ativo não circulante	32.975	22.964	32.975	22.964

Os créditos de ICMS de R\$ 57.661 e R\$ 320 (R\$ 75.261 e R\$ 14.027 Dez - 2016) na Controladora são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus Centros de Distribuição nos Estados de São Paulo, Paraná e Pernambuco, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas em outros Estados da Federação. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária.

O Grupo analisou a utilização dos créditos de ICMS referente a aquisições de mercadorias e concluiu que os saldos credores serão consumidos em até 12 meses. Com relação aos créditos de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados, a utilização será em até 48 meses conforme legislação vigente.

9. Investimentos

(a) Combinação de negócios

Em 2015, a Companhia adquiriu 55% de participação societária da 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio") passando a deter controle a partir de 1º de outubro de 2015.

Estabelece o Contrato, as outorgas de opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes, em poder do acionista fundador, após janeiro de 2021 e cujo preço de exercício será calculado com base na média dos EBITDAs ajustados da 4Bio a serem apurados nos exercícios a findar em 31 de dezembro de 2018, 2019 e de 2020, e cujo valor justo em 31 de dezembro de 2017, corresponde a R\$ 47.515 (R\$ 45.228 - Dez-2016).

O valor justo da opção de compra de ações adicionais registrado na Controladora e no consolidado, no valor de R\$ 47.515 (R\$ 45.228 - Dez-2016), está classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo. As principais estimativas de valor justo têm como referência: (i) uma taxa de desconto de 11,84% em Dez-2017 (22,04% - Dez-2016), (ii) uma taxa de crescimento médio de EBITDA de 50,46% em Dez-2017 (27,4% em Dez-2016), considerando a média dos EBITDAs projetados para os anos de 2018 a 2020 e no múltiplo previsto em contrato.

O ágio decorrente da aquisição, no montante de R\$ 25.563, representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios.

(b) Movimentação do investimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de investimentos da Companhia estão demonstrados a seguir:

<u>Razão Social</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Participação (%)</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
4Bio Medicamentos S.A.	Varejo de medicamentos especiais	55%	31.489	29.424

A movimentação do saldo de investimento na Controlada, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	29.424	23.497
Aumento de participação em Controlada	471	
Resultado de equivalência patrimonial	1.821	4.360
Ajuste de preço de aquisição		2.040
Participação sobre dividendos propostos	(227)	(473)
Saldo final	<u>31.489</u>	<u>29.424</u>

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial da 4Bio Medicamentos S.A., a Companhia ajusta os ativos, passivos e respectivas movimentações no resultado da 4Bio com base na alocação do preço de compra determinado na data da aquisição. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro líquido do exercício da 4Bio para fins de determinação do resultado de equivalência patrimonial do exercício findo em 2017:

	Controladora	
	2017	2016
Resultado 4Bio	2.395	4.982
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	(574)	(622)
Lucro ajustado da 4Bio	<u>1.821</u>	<u>4.360</u>
Patrimônio líquido ajustado	2017	2016
Investimento a valor de livros (55%)	15.383	12.988
Alocação do preço de compra (mais valia de ativos)	5.192	6.063
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	(1.766)	(2.061)
Participação sobre dividendos propostos	(227)	(473)
	<u>18.582</u>	<u>16.517</u>
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	<u>12.907</u>	<u>12.907</u>
	<u>31.489</u>	<u>29.424</u>

(c) Dividendo de controlada

Em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e Estatuto Social da Controlada, foi calculado e apropriado dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido anual ajustado.

10. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2016	27.440	41.917	383.876	226.323	21.327	608.375	10.939	1.320.197
Adições			131.819	77.503	4.274	214.165		427.761
Alienações e baixas			(13.259)	(1.578)	(2.377)	(56.453)	(7.076)	(80.743)
Provisão para encerramento de lojas			(1.394)	(1.329)		400		(2.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.440	41.917	501.042	300.919	23.224	766.487	3.863	1.664.892
Adições			147.388	68.031	38.542	291.154		545.115
Alienações e baixas			(8.408)	(3.011)	(2.583)	(78.148)		(92.150)
Provisão para encerramento de lojas			2.036	1.814		(2.066)		1.784
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.440	41.917	642.058	367.753	59.183	977.427	3.863	2.119.641
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação(%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20,0 – 23,7	17,0 – 21,6	20,0	
Saldo em 1º de janeiro de 2016		(18.759)	(144.347)	(95.927)	(12.777)	(237.571)	(9.533)	(518.914)
Adições		(1.113)	(40.061)	(34.607)	(3.579)	(132.862)	(809)	(213.031)
Alienações e baixas			10.164	1.316	1.978	50.349	7.076	70.883
Provisão para encerramento de lojas			589	574		(102)		1.061
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(19.872)	(173.655)	(128.644)	(14.378)	(320.186)	(3.266)	(660.001)
Adições		(1.113)	(52.762)	(43.420)	(10.440)	(162.239)	(455)	(270.429)
Alienações e baixas			5.913	2.736	8.107	68.320		85.076
Provisão para encerramento de lojas			(870)	(809)		1.305		(374)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(20.985)	(221.374)	(170.137)	(16.711)	(412.800)	(3.721)	(845.728)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2016	27.440	22.045	327.387	172.275	8.846	446.301	597	1.004.891
Em 31 de dezembro de 2017	27.440	20.932	420.684	197.616	42.472	564.627	142	1.273.913

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado no consolidado:

	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2016	27.440	41.917	384.289	226.815	21.536	608.721	10.939	1.321.657
Adições			132.293	77.817	4.352	214.561		429.023
Alienações e baixas			(13.259)	(1.578)	(2.377)	(56.453)	(7.076)	(80.743)
Provisão para encerramento de lojas			(1.394)	(1.329)		400		(2.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>27.440</u>	<u>41.917</u>	<u>501.929</u>	<u>301.725</u>	<u>23.511</u>	<u>767.229</u>	<u>3.863</u>	<u>1.667.614</u>
Adições			147.630	68.416	38.508	291.634		546.188
Alienações e baixas			(8.408)	(3.011)	(2.583)	(78.148)		(92.150)
Provisão para encerramento de lojas			2.036	1.814		(2.066)		1.784
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>27.440</u>	<u>41.917</u>	<u>643.187</u>	<u>368.944</u>	<u>59.436</u>	<u>978.649</u>	<u>3.863</u>	<u>2.123.436</u>
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação(%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20 – 23,7	17 – 21,6	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2016		(18.759)	(144.551)	(96.174)	(12.942)	(237.713)	(9.533)	(519.672)
Adições		(1.113)	(40.118)	(34.686)	(3.632)	(132.923)	(809)	(213.281)
Alienações e baixas			10.164	1.316	1.978	50.350	7.076	70.884
Provisão para encerramento de lojas			589	574		(102)		1.061
Saldo em 31 de dezembro de 2016		<u>(19.872)</u>	<u>(173.916)</u>	<u>(128.970)</u>	<u>(14.596)</u>	<u>(320.388)</u>	<u>(3.266)</u>	<u>(661.008)</u>
Adições		(1.113)	(52.858)	(43.568)	(10.424)	(162.436)	(455)	(270.854)
Alienações e baixas			5.913	2.736	8.107	68.320		85.076
Provisão para encerramento de lojas			(870)	(809)		1.305		(374)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>(20.985)</u>	<u>(221.731)</u>	<u>(170.611)</u>	<u>(16.913)</u>	<u>(413.199)</u>	<u>(3.721)</u>	<u>(847.160)</u>
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2016	<u>27.440</u>	<u>22.045</u>	<u>328.013</u>	<u>172.755</u>	<u>8.915</u>	<u>446.841</u>	<u>597</u>	<u>1.006.606</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>27.440</u>	<u>20.932</u>	<u>421.456</u>	<u>198.333</u>	<u>42.523</u>	<u>565.450</u>	<u>142</u>	<u>1.276.276</u>

b) Intangível

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2016	229.210	100.813	22.275	780.084	151.700	41.700	5.479	1.331.261
Adições	46.902	22.015					751	69.668
Alienações e baixas	(31.457)	(42.524)					(101)	(74.082)
Provisão para encerramento de lojas	1.158	1						1.159
Saldo em 31 de dezembro de 2016	245.813	80.305	22.275	780.084	151.700	41.700	6.129	1.328.006
Adições	50.480	34.118					693	85.291
Alienações e baixas	(28.643)	(4.872)					(168)	(33.683)
Provisão para encerramento de lojas	(1.271)	(9)						(1.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	266.379	109.542	22.275	780.084	151.700	41.700	6.654	1.378.334
Amortização acumulada								
Taxas anuais médias de amortização (%)	17,0 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 – 25	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(102.951)	(58.706)	(2.387)			(36.717)	(97)	(200.858)
Adições	(44.963)	(13.982)				(460)		(59.405)
Alienações e baixas	27.564	42.507					97	70.168
Provisão para encerramento de lojas	(632)							(632)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(120.982)	(30.181)	(2.387)			(37.177)		(190.727)
Adições	(45.757)	(19.142)				(460)		(65.359)
Alienações e baixas	27.705	4.825						32.530
Provisão para encerramento de lojas	675	5						680
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(138.359)	(44.493)	(2.387)			(37.637)		(222.876)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2016	124.831	50.124	19.888	780.084	151.700	4.523	6.129	1.137.279
Em 31 de dezembro de 2017	128.020	65.049	19.888	780.084	151.700	4.063	6.654	1.155.458

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível no consolidado:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Ágio na aquisição de empresa (4BIO)	Marcas Raia S.A.	Marcas 4BIO	Carteira de clientes Raia S.A.	Relacionamento com clientes 4BIO	Canal de distribuição 4BIO	Outros ativos intangíveis	Total
Custo												
Saldo em 1º de janeiro de 2016	229.210	101.175	22.275	780.084	23.523	151.700	5.069	41.700	7.928	535	5.547	1.368.746
Adições	46.902	22.068			2.040						751	71.761
Alienações e baixas	(31.457)	(42.524)									(101)	(74.082)
Provisão para encerramento de lojas	1.158	1										1.159
Saldo em 31 de dezembro de 2016	245.813	80.720	22.275	780.084	25.563	151.700	5.069	41.700	7.928	535	6.197	1.367.584
Adições	50.480	34.586									693	85.759
Alienações e baixas	(28.643)	(4.871)									(168)	(33.682)
Perdas estimadas para encerramento de lojas	(1.271)	(9)										(1.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	266.379	110.426	22.275	780.084	25.563	151.700	5.069	41.700	7.928	535	6.722	1.418.381
Amortização acumulada												
Taxas anuais médias de amortização (%)	17 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	20	6,7 – 25	7	0,3	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(102.951)	(58.870)	(2.387)				(253)	(36.717)	(142)	(401)	(153)	(201.874)
Adições	(44.963)	(14.041)					(1.014)	(460)	(566)	(134)	(12)	(61.190)
Alienações e baixas	27.564	42.507									97	70.168
Provisão para encerramento de lojas	(632)											(632)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(120.982)	(30.404)	(2.387)				(1.267)	(37.177)	(708)	(535)	(68)	(193.528)
Adições	(45.757)	(19.250)					(1.014)	(460)	(566)			(67.047)
Alienações e baixas	27.705	4.825										32.530
Perdas estimadas para encerramento de lojas	675	5										680
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(138.359)	(44.824)	(2.387)				(2.281)	(37.637)	(1.274)	(535)	(68)	(227.365)
Saldo líquido												
Em 31 de dezembro de 2016	124.831	50.316	19.888	780.084	25.563	151.700	3.802	4.523	7.220		6.129	1.174.056
Em 31 de dezembro de 2017	128.020	65.602	19.888	780.084	25.563	151.700	2.788	4.063	6.654		6.654	1.191.016

(i) Ágio na aquisição de empresas

Os ágios gerados na aquisição de empresas são testados anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo (*"impairment"*).

Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda.

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda. em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, conforme avaliação elaborada por perito independente, e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo (*"impairment"*).

Ágio na aquisição da Raia S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A., ocorrido em 10 de novembro de 2011, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

Ágio na aquisição da 4Bio Medicamentos S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 25.563 na combinação de negócios com a 4Bio Medicamentos S.A., ocorrido em 1º de outubro de 2015, cujo valor foi complementado pelo ajuste final de preço em 31 de março de 2016 de R\$ 2.040, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

(ii) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida (*"impairment"*)

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2017 a recuperação do valor contábil do ágio originado pelas aquisições da Drogaria Vison Ltda., Raia S.A. e 4Bio S.A., adquiridas por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originaram os ágios foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa é de 15,6% antes dos impostos e 11,3% após os impostos (12,5% - Dez-2016) para Drogaria Vison Ltda. e Raia S.A. e de 23,0% antes dos impostos e 16,1% após os impostos (22,04% - Dez-2016) para 4Bio S.A.. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis (*"impairment"*).

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. Os percentuais médios de crescimento foram estimados em: (i) média para os próximos 3 anos de 8,68% (9,66% - Dez-2016) com perpetuidade de 4,1% (4,5% - Dez-2016) para Raia S.A., (ii) média para os próximos 3 anos de 7,98% (6,81% - Dez-2016) com perpetuidade de 4,1% (4,5% - Dez-2016) para a Drogaria Vison Ltda. e de (iii) média para os próximos 3 anos de 33,14% (23,1% - Dez-2016) com perpetuidade de 4,1% (7,5% - Dez - 2016) para 4Bio S.A.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques preexistentes.

Taxas de descontos

As taxas de desconto, mencionadas acima, reflete a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de *performance* avaliadas pela Administração do Grupo.

11. Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média anual de juros de longo prazo	2017	2016	2017	2016
BNDES - Subcrédito					
Empreendimentos	TJLP + 2,23% (+ 2,75% - Dez/2016) a.a.	109.387	163.895	109.387	163.895
Empreendimentos	SELIC + 2,34% (+ 2,50% - Dez/2016) a.a.	115.633	128.350	115.633	128.350
Máquinas, equipamentos e veículos	Prefixado + 3,52% (3,10% - Dez/2016) a.a.	914	4.658	914	4.658
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 2,02% (+ 2,02% - Dez/2016) a.a.	16.690	12.456	16.690	12.456
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 9,54% (+ 8,62% - Dez/2016) a.a.	4.301	8.087	4.301	8.087
Máquinas, equipamentos e veículos	SELIC + 2,42%	71		71	
Capital de giro	SELIC + 2,37% (+ 2,70% - Dez/2016) a.a.	58.359	92.135	58.359	92.135
Outros		2.448	3.610	2.448	3.610
Debêntures					
1ª Emissão de debêntures	104,75% do CDI	303.156		303.156	
Empréstimos					
Outros					777
		610.959	413.191	610.959	413.968
Passivo circulante		196.248	131.804	196.248	132.581
Passivo não circulante		414.711	281.387	414.711	281.387

Os financiamentos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas/equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

Os subcréditos Projeto Social, Desenvolvimento de Marcas Próprias e Aquisição de *Software* Nacional estão agrupados na linha de outros. A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 307.803 (R\$ 413.191 - Dez/2016) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("*covenants*"):

- (i) Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "*covenants*" é anual, e em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia teria que disponibilizar ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

O Grupo não possui contratos condicionados ao cumprimento de "*covenants*" não financeiros.

Os montantes a longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento previsto:

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
2018	51.922	51.922
2019	138.389	138.389
2020	117.387	117.387
2021 em diante	107.013	107.013
	414.711	414.711

Características das Debêntures

Tipo de Emissão	Valor da Emissão	Quantidade em Circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos Anuais	Preço Unitário
1ª Emissão - Série Única	R\$ 300.000	30.000	19/04/2017	2017 - 2022	104,75%	10

Em 19 de abril de 2017, foi realizada a 1ª emissão de 30.000 Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie Quirográfica, em Série Única, no valor total de R\$ 300.000 com remuneração de 104,75% do CDI. As debêntures foram utilizadas pela Companhia como um instrumento para fortalecer seu capital de giro.

As debêntures têm prazo de vencimento de 60 meses, contados de sua data de emissão, portanto, 19 de abril de 2022, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado conforme cláusulas constantes na escritura de emissão.

Os custos incorridos com a emissão de debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$ 1.345 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e são apropriados no período total da dívida. Em 31 de dezembro de 2017, o valor a ser apropriado era de R\$ 1.098, sendo apresentado líquido no saldo das debêntures.

A amortização do principal ocorrerá em 9 parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorrerá semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em 19 de outubro de 2017, e os demais pagamentos sempre no dia 19 dos meses de abril e outubro de cada ano, até a data do vencimento.

As debêntures da Companhia estão condicionadas ao cumprimento da seguinte cláusula restritiva ("*covenants*"):

(i) Dívida Líquida / EBITDA: não poderá ser superior a 3,0 vezes.

A mensuração dos "*covenants*" é trimestral e, em 31 de dezembro de 2017, não houve descumprimento às referidas exigências.

O não cumprimento dos *covenants* por 2 trimestres consecutivos poderá ser considerado como evento de inadimplência e conseqüentemente ter seu vencimento considerado de forma antecipada.

12. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e sua Controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o Grupo apresentava as seguintes provisões e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas e previdenciárias	24.105	16.449	24.105	16.449
Tributárias	586	655	586	655
Cíveis	627	426	627	426
	25.318	17.530	25.318	17.530
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(14.425)	(14.939)	(14.425)	(14.939)
Total	10.893	2.591	10.893	2.591
Passivo circulante	2.724		2.724	
Passivo não circulante	8.169	2.591	8.169	2.591

A movimentação da provisão está demonstrada, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	2.591	6.666	2.591	6.698
Adições	14.814	12.773	14.814	12.773
Baixas por pagamento	(25.687)	(10.656)	(25.687)	(10.688)
Desfecho favorável	(1.178)	(1.177)	(1.178)	(1.177)
Desfecho desfavorável	5.323	5.013	5.323	5.013
Mudança de critério	(594)	(263)	(594)	(263)
Reavaliação dos valores ⁽ⁱ⁾	12.132	(1.528)	12.132	(1.528)
Atualizações monetárias	2.978	2.536	2.978	2.536
Depósitos para defesas e recursos judiciais	514	(10.773)	514	(10.773)
Saldo final	10.893	2.591	10.893	2.591

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 20).

⁽ⁱ⁾ No 1º Trimestre de 2017 houve reavaliação dos valores relacionados às demandas trabalhistas de processos com riscos de perda classificados como prováveis.

Perdas possíveis

O Grupo, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 218.811 (R\$ 88.642 - Dez-2016) para a Controladora e para o consolidado.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não haviam provisões correspondentes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas e previdenciárias	12.053	10.584	12.053	10.584
Tributárias	12.121	8.969	12.121	8.969
Cíveis	5.041	3.454	5.041	3.454
Total	29.215	23.007	29.215	23.007

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista, referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. O Grupo possui ainda ações oriundas da Raia S.A. movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com o Grupo ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências tributárias

Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências cíveis

O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

13. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, referem-se:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	683.123	587.543	686.544	595.216
Juros sobre o capital próprio	(202.500)	(194.701)	(202.500)	(194.701)
Lucro tributável	480.623	392.842	484.044	400.515
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34	34
Despesa teórica	(163.412)	(133.566)	(164.575)	(136.175)
Adições permanentes	(11.589)	(9.901)	(11.805)	(9.940)
Equivalência patrimonial	619	1.482		
Redução do imposto por incentivos	6.603	5.525	6.669	5.525
Outros	(11)	117	15	141
Incentivos fiscais – doações	(4.170)	(3.515)	(4.195)	(3.515)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(171.960)	(139.858)	(173.891)	(143.964)
Alíquota efetiva	25,2%	23,8%	25,3%	24,2%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 64.732 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 61.087 - Dez-2016) para a Controladora e R\$ 65.445 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 61.464 - Dez-2016) no consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para as quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 290.949 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 250.905 - Dez-2016) para a Controladora e R\$ 294.160 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 254.651 - Dez-2016) no consolidado, estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; e (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, referem-se a:

	Balço Patrimonial				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(7.066)	(7.162)	(7.066)	(7.162)				
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(226.401)	(183.737)	(226.401)	(183.737)	42.664	42.868	42.664	42.868
Intangíveis não dedutíveis – incorporação da Raia S.A.	(57.482)	(60.006)	(57.482)	(60.006)	(2.524)	(2.524)	(2.524)	(2.524)
Intangíveis não dedutíveis – aquisição da 4Bio			(3.211)	(3.746)			(537)	(583)
Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison	365	365	365	365				
Ajuste a valor justo – AVJ	5.877		5.877		(5.877)		(5.877)	
Provisão - obsolescência no estoque	29.495	27.500	29.495	27.500	(1.995)	(5.661)	(1.995)	(5.661)
Provisão - obrigações diversas	3.663	6.144	3.724	6.205	2.481	(3.455)	2.480	(3.502)
Provisão - programa de participação no resultado	9.792	11.111	10.098	11.262	1.319	(1.579)	1.164	(1.642)
Provisão - demandas judiciais	8.609	5.960	8.609	5.960	(2.648)	(2.277)	(2.648)	(2.266)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	2.316	1.810	2.580	1.859	(506)	1.689	(720)	1.646
Provisão - locações comerciais (ação renovatória)	1.514	1.806	1.514	1.806	293	(140)	293	(140)
Provisão – programa de fidelização de clientes		2.553		2.553	2.553	(682)	2.553	(682)
Provisão – encerramento de lojas	735	1.011	735	1.011	275	(250)	275	(250)
Provisão – plano de opção de ações	1.680	1.227	1.680	1.227	(453)	210	(453)	210
Provisão – campanhas internas	296	162	296	162	(134)	(46)	(134)	(46)
Provisão – outros	390	1.438	472	1.554	1.047	(66)	1.081	(126)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos					36.495	28.087	35.622	27.302
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(226.217)	(189.818)	(228.715)	(193.187)				
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:								
Ativo fiscal diferido	64.732	61.087	65.445	61.464				
Passivo fiscal diferido	(290.949)	(250.905)	(294.160)	(254.651)				
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(226.217)	(189.818)	(228.715)	(193.187)				
Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	2017	2016	2017	2016				
Saldo no início do exercício	(189.818)	(161.826)	(193.187)	(165.982)				
Adições por meio de combinação de negócios				(4.622)				
Receita tributável reconhecida no resultado	(36.496)	(28.087)	(35.625)	(22.678)				
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	97	95	97	95				
Saldo no final do exercício	(226.217)	(189.818)	(228.715)	(193.187)				

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a *performance* do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário no montante de R\$ 64.732 na Controladora e R\$ 65.445 no consolidado, será substancialmente realizado até o final de dezembro de 2018.

14. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as ações do Grupo não possuíam qualquer efeito dilutivo, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora/Consolidado	
	2017	2016
Básico		
Lucro líquido do exercício	511.163	447.685
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.683	329.752
Lucro por ação em R\$ - básico	1,55047	1,35764
Diluído		
Lucro líquido do exercício	511.163	447.685
Média ponderada do número de ações ordinárias	330.090	329.752
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	330.090	329.752
Lucro por ação em R\$ - diluído	1,54855	1,35764

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 1.808.639 (R\$ 1.808.639 - Dez-2016), representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 211.804.492 ações ordinárias (205.570.433 ações ordinárias - Dez-2016).

O Estatuto Social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2017, a composição acionária da Companhia está assim apresentada:

	Quantidade de Ações		Participação %	
	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Acionistas controladores	117.907.354	123.958.183	35,69	37,52
Ações em circulação	211.804.492	205.570.433	64,11	62,22
Ações em tesouraria	674.154	857.384	0,20	0,26
	330.386.000	330.386.000	100,00	100,00

A composição dos acionistas controladores estão representadas pelas famílias Pipponzi, Pires Oliveira Dias, Galvão e pela Holding Pragma.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

	<u>Ações em circulação</u>
Posição em 31 de dezembro de 2016	205.570.433
(Compra)/Venda de ações vinculadas, líquida	<u>6.234.059</u>
Posição em 31 de dezembro de 2017	<u>211.804.492</u>

Em 31 de dezembro de 2017, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 91,80 fechamento do dia (R\$ 61,19 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Ações em tesouraria

Em 24 de abril de 2014, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação. Segue a movimentação das ações em tesouraria do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Quantidade (em ações)</u>	<u>Controladora Valor das ações</u>
Posição em 31 de dezembro de 2016	857.384	16.289
Ações entregues aos executivos relativo a 2ª tranche da outorga de 2014 e a 1ª tranche da outorga de 2015	(136.391)	(2.591)
Ações entregues à executivos relativo a desligamento da Companhia	<u>(46.839)</u>	<u>(890)</u>
Posição em 31 de dezembro de 2017	<u>674.154</u>	<u>12.808</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de mercado das ações em tesouraria, tendo como referência a cotação de R\$ 91,80 por ação nesta data, corresponde a R\$61.887.

(c) Plano de ações restritas

Desde março de 2014, a Companhia oferece aos seus executivos o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas ("Plano de ações restritas"), que tem por objetivo ofertar uma oportunidade de receber uma remuneração variável desde que o executivo permaneça por período mais longo de tempo na Companhia.

Conforme estabelece o Plano de ações restritas, uma parcela de sua remuneração anual variável (participação nos resultados), será paga ao profissional em dinheiro sendo que o saldo remanescente será obrigatoriamente pago em ações da Companhia ("ações de incentivo").

Caso o profissional decida utilizar uma parcela ou o valor total da remuneração variável recebida em dinheiro para comprar ações da Companhia ("ações próprias") em Bolsa de Valores, a Companhia oferecerá ao profissional, igual quantidade de ações adquiridas em Bolsa.

Ainda e, de forma discricionária, a Companhia poderá conceder a esse profissional, mais ações da Companhia tendo como referência a quantidade de ações próprias adquiridas pelo profissional em Bolsa de Valores.

As ações ofertadas ao profissional por meio do plano de ações restritas, não poderão ser alienadas, cedidas, transferidas a terceiros pelo prazo de quatro anos a partir da data da outorga. A partir do segundo, terceiro e quarto anos após a data da outorga, os executivos terão direito a receber um terço de suas ações restritas, em cada um desses exercícios.

A movimentação das ações restritas está demonstrada a seguir:

	Dez/2017		Dez/2016	
	Ações	Valor	Ações	Valor
Saldo inicial	375.212	11.123	193.640	4.225
Apropriação de ações no exercício	293.260	12.603	238.742	7.984
Entrega de ações no exercício	(183.230)	(4.863)	(57.170)	(1.086)
Saldo final	<u>485.242</u>	<u>18.863</u>	<u>375.212</u>	<u>11.123</u>

(d) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	511.163	447.685
Reserva legal	(25.558)	(22.384)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	186	186
Base de cálculo do dividendo (a)	<u>485.791</u>	<u>425.487</u>
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	<u>121.448</u>	<u>106.372</u>
Juros sobre o capital próprio proposto	202.501	194.701
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	<u>(28.451)</u>	<u>(27.005)</u>
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	<u>174.050</u>	<u>167.696</u>
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	<u>35,83</u>	<u>39,41</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	<u>52.602</u>	<u>61.324</u>

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 202.501 (R\$ 194.701 - 2016), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2017 e de 2016, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$ 52.602 (R\$ 61.324 – 2016), excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, foi registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Saldo inicial	25.546	24.402
Adições	182.772	154.615
Pagamentos	(170.847)	(153.344)
Baixas	(183)	(127)
Saldo final	<u>37.288</u>	<u>25.546</u>

16. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas				
Receita de vendas de mercadorias	13.293.249	11.457.909	13.838.774	11.814.193
Receita de serviços prestados	13.589	13.232	13.695	13.373
	<u>13.306.838</u>	<u>11.471.141</u>	<u>13.852.469</u>	<u>11.827.566</u>
Impostos incidentes sobre vendas	(471.706)	(410.225)	(500.288)	(425.384)
Devoluções, abatimentos e outros	(127.324)	(136.227)	(139.676)	(145.617)
Receita líquida de vendas	<u>12.707.808</u>	<u>10.924.689</u>	<u>13.212.505</u>	<u>11.256.565</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

17. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo das mercadorias vendidas	(8.775.884)	(7.469.484)	(9.224.505)	(7.752.422)
Despesas com pessoal	(1.603.801)	(1.439.237)	(1.626.658)	(1.455.915)
Despesas com prestadores de serviços	(149.727)	(124.115)	(150.449)	(124.857)
Depreciação e amortização (i)	(335.768)	(272.436)	(337.914)	(274.434)
Outras (ii)	(1.059.051)	(921.461)	(1.080.607)	(935.722)
	<u>(11.924.231)</u>	<u>(10.226.733)</u>	<u>(12.420.133)</u>	<u>(10.543.350)</u>

Classificado na demonstração do resultado como:

	2017	2016	2017	2016
Custo das mercadorias vendidas	(8.775.884)	(7.469.484)	(9.224.505)	(7.752.422)
Com vendas	(2.790.215)	(2.435.743)	(2.825.960)	(2.460.199)
Gerais e administrativas	(358.132)	(321.506)	(369.668)	(330.729)
	<u>(11.924.231)</u>	<u>(10.226.733)</u>	<u>(12.420.133)</u>	<u>(10.543.350)</u>

- (i) As depreciações e amortizações totalizaram em 2017, um montante de R\$ 335.768 (R\$ 272.436 - 2016) para a Controladora, sendo que, R\$ 296.696 (R\$ 239.914 - 2016) correspondente à área de Vendas e R\$ 39.072 (R\$ 32.523 - 2016), à área Administrativa e R\$ 336.928 (R\$ 272.797 - 2016) no consolidado, sendo que R\$ 297.503 (R\$ 240.002 - 2016) corresponde a área de vendas e R\$ 39.425 (R\$ 32.794 - 2016) a área Administrativa.
- (ii) Referem-se, principalmente, a gastos com aluguéis de imóveis, taxas de administração de cartões de crédito e débito, gastos com transportes, manutenção de bens, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.

18. Outras (receitas)/despesas operacionais

As outras (receitas)/despesas operacionais totalizaram em 2017 um montante de R\$ (212) (R\$ 7.677 - 2016) para a Controladora e consolidado. Esses montantes são compostos por despesas/receitas não recorrentes, relacionadas com: (i) reavaliação das provisões de contingências trabalhistas no valor de R\$ 12.066; (ii) gratificações e despesas incorridas com a concessão de ações restritas em função do desligamento de um Diretor Estatutário no valor de R\$ 3.207; (iii) reconhecimento líquido de acordos comerciais de exercícios anteriores no valor de R\$ (13.113); e (iv) direito de crédito de INSS pago a maior do período de Jan-2009 a Mai-2014 referente à contribuição sobre verbas indenizatórias no valor de R\$ (2.372).

19. Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Descontos obtidos	1.026	1.472	1.107	1.611
Rendimentos de aplicações financeiras	24.174	19.863	24.174	19.863
Juros sobre mútuo	2.743	1.625		
Variações monetárias ativas	3.246	2.590	3.308	2.642
Outras receitas financeiras	3	3	306	142
Impostos incidentes (PIS/COFINS)	(1.449)	(1.188)	(1.449)	(1.188)
Ajuste a valor presente (AVP) - receitas financeiras	<u>73.078</u>	<u>81.166</u>	<u>79.437</u>	<u>86.363</u>
Total das receitas financeiras	<u>102.821</u>	<u>105.531</u>	<u>106.883</u>	<u>109.433</u>

(b) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Descontos concedidos a clientes		(1.678)	(187)	(2.129)
Juros, encargos e taxas bancárias	(746)	(1.515)	(1.185)	(1.798)
Encargos sobre debêntures	(19.128)		(19.128)	
Amort. de custos de transação	(247)		(247)	
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(44.654)	(41.035)	(45.106)	(42.304)
Variações monetárias passivas	(5.003)	(4.928)	(6.152)	(5.335)
Juros sobre opção de compra de ações adicionais	(2.286)	(13.596)	(2.286)	(13.596)
Ajuste a valor presente (AVP) - despesas financeiras	(133.244)	(149.875)	(138.632)	(154.593)
Total das despesas financeiras	<u>(205.308)</u>	<u>(212.627)</u>	<u>(212.923)</u>	<u>(219.755)</u>
Resultado financeiro	<u>(102.487)</u>	<u>(107.096)</u>	<u>(106.040)</u>	<u>(110.322)</u>

20. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Móveis e instalações	27	32	27	32
Máquinas e equipamentos	85	85	85	85
	<u>112</u>	<u>117</u>	<u>112</u>	<u>117</u>

21. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia e sua controlada possuem contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um e vinte anos. Os gastos com aluguéis anuais variam de acordo com a assinatura de novos contratos ou rescisão de contratos. O gasto total mensal com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) foram de R\$ 43.609 (R\$ 38.710 - Dez-2016) para a Controladora e R\$ 43.715 (R\$ 38.810 - Dez-2016) para o consolidado.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Primeiros 12 meses	447.595	385.361	448.404	386.110
Entre 13 e 60 meses	1.185.782	971.035	1.186.841	972.702
Após 60 meses	352.801	291.003	352.801	291.003
	<u>1.986.178</u>	<u>1.647.399</u>	<u>1.988.046</u>	<u>1.649.815</u>

22. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	255.911	273.095	264.873	276.632
Contas a receber (Nota 6)	837.582	713.841	930.071	772.241
Outras contas a receber	156.977	120.711	119.003	105.112
Depósitos judiciais (Nota 12)	29.215	23.007	29.215	23.007
	<u>1.279.685</u>	<u>1.130.654</u>	<u>1.343.162</u>	<u>1.176.992</u>
Total dos ativos	<u>1.279.685</u>	<u>1.130.654</u>	<u>1.343.162</u>	<u>1.176.992</u>
Passivos				
<u>Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>				
Opção de compra de ações adicionais (Nota 9)	47.515	45.228	47.515	45.228
	<u>47.515</u>	<u>45.228</u>	<u>47.515</u>	<u>45.228</u>
<u>Outros passivos financeiros</u>				
Fornecedores	1.745.041	1.564.787	1.815.687	1.615.587
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	610.959	413.191	610.959	413.968
Outras contas a pagar	175.774	175.046	176.918	175.972
	<u>2.531.774</u>	<u>2.153.024</u>	<u>2.603.564</u>	<u>2.205.527</u>
Total dos passivos	<u>2.579.289</u>	<u>2.198.252</u>	<u>2.651.079</u>	<u>2.250.755</u>

Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas do Grupo são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em virtude de variações cambiais.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa SELIC. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A classificação dos *ratings* dos equivalentes de caixa estão de acordo com as principais agências de classificação de risco, conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Rating – Escala Nacional				
brAA	17.745	38.036	26.327	41.030
BrA+	65.659	167.541	65.659	167.541
(*) n/a - Fundos de Investimento	90.769		90.769	
Total – Escala Nacional	174.173	205.577	182.755	208.571

(*) Não aplicável, pois não consta classificação de risco para os Fundos Itaú Corp Dif Ficfi, Bradesco FI RF Ref. DI Premium e Santander Bancos Rf Cp Fi nas principais agências de classificação de risco. Os ativos que compõem esta carteira dividem-se, em média, em 29% de ativos públicos e 71% Privado.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as vendas com recebimento a prazo representaram 51% (50% - Dez-2016) na Controladora e 53% (51% - Dez-2016) para o consolidado, sendo que desse total 92% (91% - Dez-2016) na Controladora e 86% (86% - Dez-2016) no consolidado são relativos às vendas com cartão de crédito que, na opinião do Grupo e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 8% (9% - Dez-2016) e 14% (14% - Dez-2016) para o consolidado são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados e boletos, que são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A Administração do Grupo acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, as quais a Companhia está exposta.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	871	1.089	1.306
Receita		871	1.089	1.306
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	7	8	10
Despesa		7	8	10

Consolidado				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	914	1.143	1.370
Receita		914	1.143	1.370
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	7	8	10
Despesa		7	8	10

A Administração não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), as quais estão sujeitas as operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para o Grupo.

(e) Gestão de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Grupo tem como política não alavancar sua estrutura de capital com financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo do BNDES (FINEM) e debêntures, com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Grupo.

Dessa forma, esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial individual e consolidado, com a dívida líquida, como apresentamos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Financiamentos de curto e longo prazo	610.959	413.191	610.959	413.968
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(255.911)	(273.095)	(264.873)	(276.632)
Dívida líquida	355.048	140.096	346.086	137.336
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	3.222.513	2.909.787	3.222.513	2.909.787
Participação de não controladores			27.859	26.168
Total do patrimônio líquido	3.222.513	2.909.787	3.250.372	2.935.955
Total do Capital	3.577.561	3.049.883	3.596.458	3.073.291
Índice de alavancagem financeira (%)	9,92	4,59	9,62	4,47

O aumento no índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 foi decorrente, principalmente, da emissão de debêntures (Nota 11) e consequente uso dos recursos obtidos nos investimentos e operação da Companhia.

(f) Estimativa do valor justo

Os saldos de aplicações financeiras informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o prazo de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo não possuía ativos e passivos relevantes mensurados ao valor justo nos Níveis 1 e 2 na hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora e Consolidado	
	Opção de compra de ações adicionais	
	2017	2016
Saldo inicial	45.228	31.632
Despesas reconhecidas no resultado	2.287	13.596
Saldo final	47.515	45.228
Total de despesas no exercício incluídas no resultado	2.287	13.596
Variação das despesas não realizadas no exercício incluídas no resultado	2.287	13.596

23. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo não apresentava operações com instrumentos derivativos.

24. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

Relacionamento		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Ativo Circulante				Receitas			
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valores a receber									
Convênios (i)									
Regimar Comercial S.A.	Acionista / Família		15		15	42	105	42	105
Heliomar Ltda.	Acionista / Membro do Conselho de Administração		1		1	11	16	11	16
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)	Acionista / Família		1		1	3	5	3	5
			17		17	56	126	56	126
Outros valores a receber									
Acordos comerciais									
Natura Cosméticos S.A. (iv)	Acionista / Pessoa ligada	123	22	123	22	653	216	653	216
Adiantamento a Fornecedores									
Cfly Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. (vi)	Família	440		440					
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire – Advogados (ii)	Acionista / Família	50		50					
Mútuo e outros a receber									
4Bio Medicamentos S.A. (v)	Controlada	38.831	15.624			2.811	1.624		
		39.444	15.646	613	22	3.463	1.840	653	216
		39.444	15.663	613	39	3.519	1.966	709	342

		Relacionamento	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
			Passivo Circulante				Despesa			
			2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valores a pagar										
Aluguéis (ii)										
Heliomar Ltda.	Acionista / Membro do Conselho de Administração		19	19	19	19	219	209	219	209
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista / Membro do Conselho de Administração		7	7	7	7	89	84	89	84
Rosalia Pipponzi Raia	Acionista / Membro do Conselho de Administração		7	7	7	7	89	84	89	84
Espólio de Franco Maria David Pietro Pipponzi	Acionista / Membro do Conselho de Administração		7	7	7	7	89	84	89	84
			40	40	40	40	486	461	486	461
Fornecedores de serviços										
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira	Acionista / Família		49		49		6.213	6.103	6.213	6.103
Dias e Freire Advogados (ii)	Acionista / Família		869	790	869	790	9.690	7.878	9.690	7.878
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (iii)	Família						734		734	
Cfly Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. (vi)			918	790	918	790	16.637	13.981	16.637	13.981
Fornecedores de mercadorias										
Natura Cosméticos S.A. (iv)	Acionista / Pessoa ligada		1.098	1.433	1.098	1.433	5.766	8.585	5.766	8.585
			1.098	1.433	1.098	1.433	5.766	8.585	5.766	8.585
			2.056	2.263	2.056	2.263	22.889	23.027	22.889	23.027

- (i) Vendas realizadas por convênios. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.
- (ii) Aluguel de lojas e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.
- (iii) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade.
- (iv) Em 1º de setembro de 2015, a Raia Drogasil S.A. e a Natura Cosméticos S.A. firmaram contrato de compra e venda e outras avenças para permitir a comercialização de produtos da linha "SOU" em 29 lojas da rede Raia e Drogasil em Campinas e região. Alguns integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A. detêm, indiretamente, participação acionária da Raia Drogasil S.A.

As partes decidiram ampliar o escopo do projeto para venda em todo o Estado de São Paulo a partir de 20 de fevereiro de 2016 e para todo o território nacional a partir de 1º de julho de 2016, através da assinatura de Termo Aditivo ao contrato.

A Raia Drogasil receberá percentual de 5% (cinco por cento) sobre os produtos vendidos, considerando o valor indicado na nota de venda da Natura Cosméticos S.A. à Raia Drogasil, não sendo possível definir um valor total para o contrato.

- (v) Ao longo do exercício social de 2016 e 2017 foram realizadas operações de mútuo entre a Raia Drogasil S.A. (Mutuante) e a 4Bio Medicamentos S.A. (Mutuária) nos montantes de R\$ 14.000 e R\$ 20.100, respectivamente. A partir de agosto de 2017 as importâncias mencionadas passaram ser atualizadas em 110% do CDI, exceto o contrato firmado em 13/02/2017 no valor de R\$ 6.000, que permanece com a taxa anteriormente de 101,5% do CDI em relação a taxa praticada atualmente. Todos contratos de mútuo vencem em fevereiro de 2018, exceto o contrato firmado em 12/06/2017 no valor de R\$ 14.100 que possui vencimento em março de 2018.

Outros a receber composto por 55% sobre o dividendo mínimo obrigatório da 4Bio referente ao período de 2017 (R\$ 227) e comissões sobre indicações de vendas (R\$ 32).

- (vi) Em 9 de agosto de 2017, a Raia Drogasil S.A. e a Cfly firmaram contrato de prestação dos serviços de operação da Aeronave à Proprietária RD, que pagará à Operadora uma remuneração mensal a título dos serviços de Assessoria Operacional, *Compliance*, Financeira, Coordenação de Manutenção e Controle Técnico de Manutenção (CTM).

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais que não sejam os valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas corresponde ao pessoal chave da Administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Proventos e encargos sociais	15.415	15.510	17.226	17.195
Gratificações e encargos sociais	28.764	24.263	29.144	24.462
Benefícios indiretos	2.116	462	2.116	462
	<u>46.295</u>	<u>40.235</u>	<u>48.486</u>	<u>42.119</u>

25. Cobertura de seguros

O Grupo tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

O Grupo mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Riscos com perdas em estoques	150.197	145.248	170.825	161.304
Bens do ativo permanente	232.862	193.964	238.682	199.062
Lucros cessantes	237.873	171.500	262.052	195.679
Riscos de responsabilidade civil	33.602	27.150	34.500	27.150
	<u>654.534</u>	<u>537.862</u>	<u>706.059</u>	<u>583.195</u>

26. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2017, as principais transações que não envolveram caixa do Grupo foram:

- (i) a atualização do passivo financeiro oriundo da outorga de opção de compra de ações adicionais da 4Bio (Nota 9);
- (ii) parte da remuneração do pessoal-chave da Administração associada ao plano de ações restritas (Nota 24); e
- (iii) a aquisição a prazo de bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 11.793 (R\$ 20.177 - Dez-2016).